

— GUIA DE CONDUTA — AMBIENTAL

**Guia de Conduta Ambiental para Investimentos
e Empréstimos para a Intensificação Sustentável
da Pecuária na Amazônia e no Cerrado**

MARÇO 2021



© ERIK LOPES/TNC

Sumário Executivo

The Nature
Conservancy 

O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo, representando 28% das exportações globais em 2019¹ e ocupa o segundo lugar como produtor de carne bovina, atrás dos EUA. O Brasil também possui o maior rebanho bovino comercial do mundo, com 215 milhões de cabeças de gado², das quais 69% são criadas nos biomas Amazônia e Cerrado. No entanto, a liderança de mercado global do Brasil neste setor veio ao custo da perda de extensas áreas de habitat natural, que foram convertidas em áreas para criação de gado.

Neste cenário, a pecuária assumiu a posição de maior vetor do desmatamento e da conversão de habitat natural no Brasil, sendo responsável por cerca de 93% do desmatamento na Amazônia e 70% no Cerrado³. O recente aumento das queimadas e do desmatamento na Amazônia – com crescimento de 34,4% da área desmatada de agosto de 2018 a julho de 2019 e de 9,5% para o mesmo período entre 2019 e 2020⁴ – é causado em grande parte pela expansão da pecuária. A Amazônia brasileira está quase 19%⁵ desmatada, se aproximando dos 20-25%, o que os cientistas consideram um potencial ponto de inflexão⁶ para uma transição a um ecossistema de não-floresta. O Cerrado, por sua vez, está com metade de sua área convertida⁷.

A remoção contínua da vegetação natural desses biomas traz consequências devastadoras para as emissões de carbono, a disponibilidade de água, a biodiversidade e as pessoas que vivem e trabalham nessas regiões. Além disso, espera-se que a demanda por carne bovina brasileira cresça aproximadamente 35% nas próximas duas décadas⁸, com as exportações para a China – o mercado importador com maior crescimento –, pressionando cada vez mais a conversão de habitat natural nesses biomas⁹.

Como contraponto a essa realidade, existem caminhos e oportunidades para atender à crescente demanda global por carne bovina que evitam conversão de habitat natural. Atualmente, a produção de gado na Amazônia e no Cerrado possui uma produtividade muito baixa. Entretanto, com a implementação de boas práticas agropecuárias, é possível aumentar a produção animal em três a cinco vezes em relação ao nível atual e, ao mesmo tempo, manter um sistema de criação baseado em pastagens e na adoção de sistemas integrados de produção agropecuária (SIPA / ILPF)¹⁰. Neste âmbito, até mesmo níveis moderados de aumento da produção podem, além de permitir que o Brasil contribua para atender à demanda global por alimentos, colaborar para a integração de pastagens subutilizadas à expansão da soja e outros produtos agrícolas, não havendo a necessidade de conversão de novos habitats naturais. Ainda nesse cenário, o fomento à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) advindos da pecuária se torna viável.

O processo de intensificação sustentável da pecuária descrito acima requer investimento de capital inicial, mas oferece um retorno sobre investimento atrativo – estimado em mais de 10% em um período de oito a dez anos¹¹. No entanto, além de a maioria dos pecuaristas não terem acesso a crédito para realizar os investimentos iniciais (e.g. na Amazônia, isso é exacerbado pela falta de regularização fundiária), se faz necessário ter à mão serviços de assistência técnica especializada para a implementação dos pilares preconizados pela intensificação sustentável da pecuária. Ademais, muitos pecuaristas ainda não são cientes da importância dos conceitos inerentes ao “retorno sobre investimento” e pode ser um desafio fazê-los mudar de comportamento, mesmo que o incentivo econômico seja robusto.

Até mesmo níveis adequados de aumento da produção podem permitir que o Brasil contribua para atender à demanda global por alimentos

1 CEPEA (2019)

2 IBGE 2019

3 Se considerarmos o que foi mapeado como nativo pelo MapBiomias (<https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>) no ano de 2008 e como pastagens no ano de 2019.

4 Prodes/Inpe (2020)

5 INPE/Prodes

6 Lovejoy & Nobre (2018)

7 MMA (2015)

8 Mulder (2019), OECD-FAO (2018)

9 ABIEC (2020)

10 Latawiec et al. (2014)

11 TNC (2016)

A ampliação do acesso dos pecuaristas ao crédito de longo prazo é um componente essencial para fechar a lacuna descrita acima. Como pré-requisito ao sucesso dessa ação, se faz necessário identificar e atingir produtores rurais receptivos às inovações propostas e aqueles adeptos a mudanças. A disponibilização de assistência técnica rural e serviços capazes de gerenciar os principais riscos envolvidos nas atividades, sob a ótica de benefícios mútuos, tanto ao credor quanto ao pecuarista, é fundamental. Existem alguns modelos para a materialização do exposto anteriormente – por exemplo, empréstimos recentes feitos pelo Bradesco com

&Green¹², Rabobank com o Fundo Agri3¹³ –, além do modelo de negócio inovador da PECSA¹⁴, que oferece financiamento e assistência técnica aos agricultores. Igualmente, o Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono) do Governo Brasileiro contribuiu para o financiamento da intensificação sustentável da pecuária.

À medida que a pressão por uma cadeia de fornecimento livre de desmatamento cresce, tanto internacionalmente quanto no Brasil, o aumento do capital alocado a mecanismos financeiros DCF pode gerar benefícios para os stakeholders em toda a cadeia de valor da pecuária

Apesar desses exemplos promissores, a disponibilidade de crédito e investimentos para a intensificação da pecuária está muito abaixo dos US\$ 35-41 bilhões¹⁵ que serão necessários para satisfazer a demanda futura do mercado sem a conversão de novas áreas preservadas. No entanto, a expansão de crédito e investimento está ganhando cada vez mais força no setor. Os maiores frigoríficos, bem como grandes varejistas e redes de restaurantes, recentemente se comprometeram com o suprimento Livre de Desmatamento e Conversão (Deforestation and Conversion Free - DCF) para além de seus fornecedores diretos. A cadeia de abastecimento de carne bovina está ativamente buscando soluções, incluindo estruturas de financiamento para fazendas que buscam aumentar a produção sem desmatamento. O mercado chinês, que se faz cada vez mais relevante, exige animais que sejam abatidos com até 30 meses, o que só pode ser alcançado em um sistema intensificado. Assim, a crescen-

te preocupação com o desmatamento e as mudanças climáticas por parte dos investidores e do público em geral está fazendo com que empresas, instituições financeiras e governos enderecem de forma mais proativa as emissões de GEE do setor pecuário. Os bancos Santander, Itaú e Bradesco anunciaram, por exemplo, uma parceria que inclui a criação de mais soluções de financiamento para a pecuária sustentável. Os grupos de capital concessionário – que serão fundamentais para gerenciar riscos e permitir prazos de empréstimo mais longos – estão aumentando o interesse na intensificação sustentável da pecuária, incluindo o Fundo Agri3, o Fundo &Green, FMO e BID.

À medida que a pressão por uma cadeia de fornecimento livre de desmatamento cresce, tanto internacionalmente quanto no Brasil, o aumento do capital alocado a mecanismos financeiros DCF pode gerar benefícios para os stakeholders em toda a cadeia de valor da pecuária. Credores e investidores podem obter benefícios reputacionais e novas oportunidades de negócio atendendo aos pecuaristas que adotem melhores práticas. Os frigoríficos podem se beneficiar de uma oferta crescente de gado DCF para alcançar seus compromissos, atender às necessidades do crescente mercado chinês e fortalecer seu acesso a mercados com requisitos ambientais mais rigorosos. Os pecuaristas podem ter acesso a melhores condições de crédito para expandir o rebanho e a rentabilidade de seus negócios, mantendo as vendas para frigoríficos que estão cada vez mais buscando gado DCF.

12 <https://www.andgreen.fund/portfolio/>

13 <https://rabobankbrasil.medium.com/rabobank-anuncia-novas-opera%C3%A7%C3%B5es-com-o-fundo-agri3-para-agricultura-sustent%C3%A1vel-no-brasil-e-china-7ddd4b299334>

14 <https://pecsa.com.br/en/>

15 Sitawi (2020)



© KEVIN ARNOLD/TNC

O Guia de Conduta Ambiental (GCA) da The Nature Conservancy foi criado para orientar credores e investidores a expandirem com sucesso seus programas de financiamento ambiental ou adaptar produtos existentes a uma abordagem DCF, por meio de um conjunto consistente de requisitos e protocolos de monitoramento que são eficazes na garantia da produção DCF e, ao mesmo tempo, trazem práticas de fácil implementação por instituições financeiras e pecuaristas.

O GCA pretende apoiar uma expansão mais rápida dos mecanismos de DCF por parte de credores e investidores que buscam promover a intensificação sustentável da pecuária na Amazônia e no Cerrado. A The Nature Conservancy desenvolveu o guia por meio de um amplo engajamento com cerca de 60 especialistas de mais de 25 instituições, representando os principais stakeholders da cadeia de valor da pecuária, incluindo frigoríficos, bancos, produtores, instituições financeiras de desenvolvimento, academia e ONGs.

O Guia de Conduta Ambiental define a intensificação sustentável da pecuária para o propósito deste documento como um processo que demonstra aumento significativo da produtividade; utiliza um sistema baseado principalmente em pastagem; tem qualquer confinamento de animais limitado aos últimos 15% da vida útil dos animais; está localizado em pastagens existentes ou outras áreas já desmatadas; e que segue uma ou mais práticas reconhecidas para intensificação sustentável da pastagem (descrita no relatório completo). Práticas que não são contempladas na definição do Guia de Conduta Ambiental incluem, por exemplo, expansão de fazendas sem aumento significativo de produtividade, com conversão de habitat natural para criar áreas de pastagem e que envolvem longos períodos de confinamento animal.

Requisitos Essenciais

O Guia de Conduta Ambiental exige que credores e investidores incorporem os seguintes requisitos ambientais em seus instrumentos financeiros:

- **Conformidade Legal:** Um pecuarista deve estar em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis sobre todas as propriedades que possui e opera, e não apenas na propriedade objeto do financiamento/ investimento. Esses incluem títulos e arrendamentos de terras válidos (título, arrendamento ou prova de posse), cumprimento do Código Florestal e regulamentações trabalhistas e ambientais específicas, além dos critérios de conformidade legal definidos como parte do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado junto ao Ministério Público. O Guia oferece uma lista de documentos relevantes e registros on-line para avaliar a conformidade legal.

- **Data de referência para não desmatamento:**
 - o O Guia estabelece janeiro de 2018 como a data de referência, a partir da qual não pode haver qualquer tipo de fazenda financiada. A data de referência representa um equilíbrio prático – assegurando que o desmatamento recente não seja recompensado com melhores condições de financiamento, evitando ao mesmo tempo uma data mais restritiva, que limitaria a adoção por financiadores e pecuaristas.

 - o Os pecuaristas da Amazônia com desmatamento legal entre outubro de 2009 e janeiro de 2018 também devem demonstrar o cumprimento das exigências de desbloqueio no mercado sob o Compromisso Público da Pecuária (CPP), independentemente de para quem vendem seu gado. Este requisito pode ser cumprido durante o prazo do empréstimo e os valores do crédito poderiam ser potencialmente utilizados para financiar as exigências de desbloqueio. Análise da TNC utilizando o Mapbiomas indica que este requisito só seria aplicado a uma parte pequena da área dos municípios prioritários da Amazônia para intensificação sustentável¹⁶.

 - o Para endereçar o risco de desmatamento entre os fornecedores do tomador de crédito/investido, o Guia proíbe conversão nas fazendas que fornecem boi magro ou bezerro diretamente à fazenda financiada, a partir da data de início do contrato de crédito ou investimento. Dado que mecanismos financeiros DCF geralmente são voltados para pecuaristas que vendem diretamente para frigoríficos, esta provisão significa que os requisitos essenciais contemplam os primeiros dois níveis de fornecedores dos frigoríficos, que correspondem a aproximadamente 84% do desmatamento¹⁷. Deste modo, esse requisito dá um passo além na cadeia de fornecimento, em comparação com as práticas de monitoramento atuais. Conforme a tecnologia e a disponibilidade de informações avançarem, a aplicação da data de referência para fornecedores indiretos do tomador de crédito/investido será considerada em versões futuras do Guia.

¹⁶ Análise da TNC utilizando Mapbiomas indica que 16% da pastagem em áreas prioritárias da Amazônia para intensificação foi convertida entre 2009 e 2018. Isto inclui desmatamento legal e ilegal e esperamos que a parte correspondente ao desmatamento legal seja consideravelmente menor que 16%.

¹⁷ Rausch & Munger (2020)

Elementos Adicionais

O Guia de Conduita Ambiental estabelece sete elementos adicionais que credores e investidores podem optar por incorporar em seus mecanismos financeiros DCF, para aumentar o impacto na conservação ambiental, mas que não são considerados primordiais para alcançar resultados ambientais relevantes. Essa personalização para além dos requisitos essenciais permite que credores e investidores gerenciem suas carteiras para atender ambições institucionais ainda maiores, de impacto ambiental positivo, ou aplicar uma abordagem mais conservadora para minimizar a exposição a riscos ambientais.

Os elementos adicionais podem ser integrados como requisitos obrigatórios de um programa de crédito ou investimento, ou podem ser fortemente incentivados por meio do acesso preferencial ao programa para pecuaristas que os seguirem, ou por meio de incentivos financeiros, como taxas de juros mais baixas ou outras condições de financiamento mais favoráveis. Os elementos adicionais são:

1. **Aplicação em todas as propriedades do beneficiário:** A aplicação do requisito essencial de data de referência livre de conversão a todas as propriedades pertencentes ou operadas pelo tomador de crédito/investido, não apenas a propriedade alvo do financiamento, é altamente incentivada. Embora este requisito seja difícil de ser aceito por muitos pecuaristas e, portanto, não esteja incluído nos requisitos essenciais, é o mais importante dos elementos adicionais para aumentar o impacto ambiental e deve ser incorporado aos mecanismos do DCF sempre que possível.
2. **Direcionamento dos recursos seguindo uma priorização espacial:** Mecanismos financeiros DCF podem incentivar investimentos e crédito em áreas da Amazônia e do Cerrado onde a intensificação sustentável é mais viável, evitando a expansão em áreas de fronteiras que possuam maior risco de desmatamento e conversão. O Guia inclui uma lista da TNC de municípios de "alto potencial de intensificação sustentável" e uma ferramenta para ajudar os usuários a acessar a lista de áreas prioritárias, com base em critérios-chave econômicos, logísticos, de solo/clima e de produção.
3. **Recomendação de uso de boas práticas:** Os mecanismos financeiros DCF são encorajados a exigir e monitorar a adoção de práticas reconhecidas de gestão que melhoram os resultados ambientais e sociais, reduzindo o risco ao credor. Exemplos de boas práticas estão contidos em padrões como GTPS-MPPS e EMBRAPA.
4. **Menores emissões de GEE/kg de carne bovina produzida:** As emissões líquidas de GEE projetadas após a implementação de práticas de intensificação sustentável devem ser iguais ou menores às projeções antes da intensificação (cenário de linha de base). Este cálculo¹⁸ deve levar em consideração, entre outros fatores, o balanço dos processos de metano, o manejo de pastagens e o sequestro potencial de carbono no solo.
5. **Gestão de conflito de terra:** Além da exigência legal de título de terra e/ou contrato de arrendamento, é recomendável que se verifiquem conflitos de terra extrajudiciais e que possam ser identificados em lista publicada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e em publicações na imprensa.
6. **Adoção dos Padrões de Desempenho do IFC:** Muitos dos componentes dos padrões de desempenho da IFC já estão contemplados neste Guia de Conduita Ambiental. A obrigatoriedade de conformidade total aos padrões da IFC é discricionariedade das instituições que desenhem o mecanismo financeiro.
7. **Boas práticas para cadeia de fornecimento:** Para obter maior impacto ambiental na cadeia de suprimentos, mecanismos financeiros DCF podem exigir que o tomador de crédito/investido aplique as Boas Práticas de Monitoramento¹⁹ estabelecidas pelo Grupo de Trabalho de Fornecedores Indiretos (GTFI). Este acordo setorial contempla um conjunto simples de critérios para a cadeia de fornecedores que atualmente inclui uma data de referência para desmatamento zero de agosto de 2019 para fornecedores diretos de frigoríficos.

18 Ver a Calculadora de Carbono para as estimativas da TNC para os cálculos de emissões em fazendas

19 <https://gtfi.org.br/boas-praticas/>

Monitoramento e Desempenho

O Guia de Conduta Ambiental oferece orientação para monitoramento de requisitos ambientais a fim de auxiliar credores e investidores a entenderem necessidades de capacidade e adaptação de procedimentos internos para garantir a conformidade do produtor. A orientação destaca cinco passos (originação ativa, avaliação de elegibilidade, preparação para monitoramento, monitoramento anual e supervisão contínua) e inclui sugestões de documentos e informações necessárias para cumprir cada requerimento ambiental.

O Guia também fornece métricas específicas e métodos práticos para que o originador dos recursos possa analisar o desempenho de sua carteira. Essas métricas incluem resultados observáveis, como hectares de pastagens intensificados, assim como métricas para impactos fora da propriedade, como desmatamento evitado.

O Guia oferece duas novas ferramentas para auxiliar na criação de programas financeiros de alto impacto e para medir resultados:

- **O Dashboard TNC** é uma ferramenta de mapeamento dinâmico que permite ao usuário avaliar o potencial de intensificação, além de identificar as prioridades geográficas de alto impacto para crédito e investimento.
- **A Calculadora de Carbono** para Pecuária da TNC estima o balanço de GEE da propriedade financiada após a intensificação, a conversão de habitat evitada e as emissões de dióxido de carbono evitadas de qualquer excedente de reserva legal na propriedade financiada.



Consideração Final

A indústria brasileira de carne bovina é um dos principais pilares do setor do agronegócio brasileiro, correspondendo a 8,5% do PIB do país em 2019. O Brasil está bem posicionado para aproveitar o crescimento global do mercado de carne bovina, particularmente na China, e as exportações brasileiras cresceram quase 17% de 2018 para 2019. O papel da indústria no desmatamento contínuo e na conversão do habitat natural na Amazônia e no Cerrado não só ameaça a sobrevivência dos dois biomas, mas coloca em risco a oportunidade do Brasil de atender a um mercado global em crescimento. A intensificação sustentável da pecuária no Brasil é uma grande oportunidade para aumentar a produção, atender às necessidades de mercados relevantes, inclusive a China, melhorar a renda dos pecuaristas, disponibilizar territórios para a produção de soja e outros produtos agrícolas, conservar vegetação nativa e restaurar terras de pastagem e solos e, por fim, contribuir no esforço global para controlar as emissões de GEE.

Uma expansão considerável de crédito e investimento é necessária para que os pecuaristas brasileiros concretizem essa transição. E este Guia de Conduta Ambiental oferece um manual prático para ajudar as instituições financeiras a desenvolver e implementar produtos financeiros inovadores necessários para a transição.

Este Guia de Conduta Ambiental para pecuária complementa o nosso Guia de Conduta Ambiental para Investimentos e Empréstimos para Produção de Soja no Cerrado. Juntos, esses dois materiais fornecem uma referência para o financiamento de produção agrícola sustentável, tanto na esfera ambiental quanto na econômica.

© RAFAEL ARAUJO/TNC



The Nature Conservancy 

Para mais informações, contate::

Rodrigo Spuri, Diretor de Conservação
rodrigo.spuri@tnc.org

Anna Lucia Horta, Gerente de Negócios e Investimentos
anna.horta@tnc.org

Fernanda Rocha, Especialista em Negócios e Investimentos
fernanda.rocha@tnc.org

Gabriel Penteadó, Especialista em Negócios e Investimentos
gabriel.penteadó@tnc.org

Este projeto é financiado pela Gordon and Betty Moore Foundation.
Para mais informações, visite moore.org ou siga @MooreFound.

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION